

CRIAR, VER E PENSAR
Um acervo para a República

Vista aérea do jardim do Museu da República, tombado em 1938, junto com o edifício do Palácio do Catete, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Maria Helena Versiani

CRIAR, VER E PENSAR

Um acervo para a República

Garamond

Copyright © Maria Helena Versiani

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido

Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115

Tel: (21) 2504-9211

editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Edição Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Nathália Lardosa / Estúdio Garamond

Fotos de capa: Itens do acervo do Museu da República/Ibram/MinC

- 1) Paletó de pijama usado por Getúlio Vargas no ato de seu suicídio, em 1954;
- 2) Marianne: busto em bronze, de Umberto Cavina, sem data;
- 3) Munição usada na Guerra de Canudos pelas forças oficiais, em 1897;
- 4) Broches da campanha Diretas Já, 1983/1984;
- 5) Máscara de cazumbá, sem data;
- 6) Vaso de porcelana, metal dourado e mármore, que pertenceu a Napoleão I, 1812;
- 7) Broche de ouro que pertenceu à Chiquinha Gonzaga. Apresenta os primeiros compassos da valsa Valquíria;
- 8) Fachada do Palácio do Catete, 2010.

A foto da máscara de cazumbá é de Mailson Santana.

As demais, de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V642c

Versiani, Maria Helena

Criar, ver e pensar : um acervo para a República / Maria Helena Versiani.

- 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

104 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174646

1. Museu da República (Brasil) - História. 2. Palácio do Catete (Rio de Janeiro, RJ) - História. I. Título.

18-49532

CDD: 069.09

CDU: 069:94

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Agradecimento

A rigor, todas as coisas boas que escrevi, amadureci entre amigos e parceiros de trabalho.

Neste livro, não foram poucos: a direção do Museu da República, que apoiou cada passo do projeto. A equipe do setor de Pesquisa Histórica (incluindo as estagiárias temporárias Luciana Ribeiro e Giselle Neles) e as equipes dos setores de Museologia, Arquivo e Biblioteca. Profissionais do Arquivo e da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional. O historiador e querido Paulo Knauss, supervisor da pesquisa de pós-doutorado que precedeu o livro. A Spalding Advocacia Empresarial, apoiadora cultural da publicação. Amigos, todos. Mary e seu entusiasmo com o fazer História. Chapecó, Jorge e Junia, interlocutores para toda obra. Isadora, mestra na revisão e reelaboração de textos difíceis. Mailson, por tudo, é praticamente co-autor deste trabalho. Tenho para mim que a parte virtuosa da vida acadêmica é viver entre vocês.

Para Drudo e Nandinho, in memoriam.



Detalhe do jardim do Museu da República. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Sumário

Prefácio	9
Apresentação	15
1. Museus de História, Museu da República	17
História e identidade nacional	17
Patrimônio e identidade nacional.....	21
Criação do Museu da República	29
2. O patrimônio museológico do	
Museu da República	39
Sobre museus e acervos.....	39
O Palácio do Catete	43
Objetos e coleções museológicas.....	54
Coleções de titulares	57
Coleções temáticas	68
Outros perfis do acervo	81
Acervo e pesquisa histórica	87
Concluindo: ainda sobre os vários	
sentidos dos acervos	91
Referências	95



Détalhe do interior e escadaria principal do Palácio do Catete.
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Prefácio

O Museu da República ocupa um dos palácios mais encantadores do Brasil. Residência do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, foi construído no século XIX e depois se tornou a sede da Presidência da República. Desde então, ficou conhecido como o Palácio do Catete, tendo sido palco de boa parte da história do Brasil, especialmente no período republicano da primeira metade do século XX. Não há dúvida de que a rica decoração dos salões luxuosos com elementos coloridos e reluzentes promove o poder de atração da arquitetura, cheia de elementos alegóricos e referência a civilizações antigas. Como verdadeira joia rara, a riqueza dos ambientes palacianos ganha significado pelas histórias que povoam os salões.

O Palácio do Catete como Museu se transforma em objeto de exposição que reúne o cenário e o enredo numa ordem dramática para despertar a sensibilidade do visitante transportando-o para um universo especial de representação do passado. E quando o encantamento com a arquitetura e a história se instala, uma sensação de evasão em relação ao próprio presente se estabelece. Ao terminar a visita ao museu, porém, a diferença dos tempos fica evidente e torna inevitável a interrogação sobre o presente vivido. Talvez, seja esta a tarefa de todos os museus históricos: fazer a gente se perder na história do passado para nos conduzir num mergulho na história do presente e perceber que nosso tempo se explica historicamente. No Palácio do Catete isto ocorre sem muitas explicações, subindo escadas e cruzando portas, despertando sensações, habitando os espaços do palácio monumental. A experiência sensorial conduz de modo espontâneo o pensamento histórico.

Diante do encantamento expositivo, o palácio e seus salões instalam um olhar que naturaliza tudo o que se apresenta ao visitante,

o que fica ainda reforçado pelo sentido de museu-casa do Palácio do Catete. A sala de jantar com mesa posta apresenta o serviço de louça da Presidência da República, encenando os modos de viver no palácio. A limpeza dos objetos acentua o brilho de cada objeto promovendo o olhar sobre eles, provocando outros sentidos de modo a despertar a sensação do som que deveria acompanhar o burburinho de um jantar com tanta gente em volta da mesa pelo número de lugares postos. Em seguida, a imaginação completa o contexto com o cheiro do possível cardápio sendo servido. Ah, certamente o vinho traria cor e cheiro ao ambiente. Nada disso precisa estar materialmente presente, mas vem numa sequência de associações livres que são realizadas pela imaginação histórica do visitante que se apoia em um conhecimento prévio. O que se pode supor é que todas as sensações convergem em torno dos sentidos que a política republicana vai assumindo na ordem expositiva dos objetos que caracterizam o Palácio do Catete como prédio do tempo em que foi sede da Presidência da República.

Assim, considerando que o Museu da República é dedicado à história republicana, o visitante é levado a esquecer que está num palácio dos tempos imperiais e que é expressão dos sentidos de distinção social daquela época. Do mesmo modo, a ênfase no tempo da Presidência da República destaca o sentido de prédio público oficial que se distingue muito dos primeiros anos da propriedade particular que encontrava razão de ser na projeção social de uma família e de seu poder econômico. A rigor, os fatos da vida social do edifício fazem dos tempos do Império e da República no Brasil um processo muito mais entrelaçado do que se supõe no senso comum. Tudo isso não deixa de ser mencionado no circuito de visitação, mas se apresenta como uma nota de rodapé que se dirige aos que ultrapassam o plano da curiosidade. Aliás, tudo isso pode ser considerado uma boa medida do sucesso da operação museológica realizada que naturaliza a República brasileira num prédio que surgiu na época da monarquia imperial.

Este livro enfrenta justamente a história de como o Palácio dos Barões de Nova Friburgo, depois chamado de Catete, se transformou em Museu da República no ano de 1960, depois da transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para Brasília e da sede da Presidência da República do Catete para o Planalto. A bibliografia disponível sobre o Museu da República até o momento valorizou a arquitetura e os acontecimentos da vida social com efeitos políticos em diferentes épocas republicanas, antes da criação do museu. A inovação da pesquisa empreendida por Maria Helena Versiani e que resultou neste livro está no fato de revelar como o Museu da República se constituiu pela formação de um acervo de bens museológicos capazes de traduzir pela cultura material o sentido histórico do antigo palácio, fazendo dele mesmo um objeto de museu e um marco cultural de interpretação da história política da República no Brasil. A base da interrogação conduzida pela autora foi investigar a fundo como o acervo do museu traduziu a missão institucional do Museu da República.

A pesquisa sobre a história institucional, o pensamento museológico e as narrativas expositivas tem se constituído em linhas de pesquisa férteis sobre os museus no Brasil. Raramente os processos de aquisição de peças, organização de coleções e formação de acervos foram tão aprofundados como na pesquisa que embasou este novo livro de Maria Helena Versiani. Ao tomar o acervo como tema e aprofundar o conhecimento da prática de colecionar desenvolvida no trabalho da instituição, este livro traz uma contribuição importante para os estudos de museus a partir da história dos objetos. A vida social dos objetos é um tema que vem ganhando interesse no universo da pesquisa acadêmica, valorizando os estudos da cultura material e do cotidiano, assim como da economia e do consumo, do mesmo modo que possuem lugar certo na história do design e da tecnologia. Contemporaneamente, o interesse pela presença de objetos em processos de significação chamaram a atenção da psicologia e da literatura. Cabe apontar, no entanto, que os objetos emergem no universo da cultura material, onde sua

presença geralmente se define pelos seus usos e costumes sociais, o que os torna instrumentos invisíveis. Por mais especial que seja uma faca de corte, por exemplo, no contexto do uso, suas qualidades materiais e seus elementos ornamentais deixam de ser percebidos pela valorização de sua eficiência instrumental. Em torno de um palácio e de qualquer ambiente rico em termos decorativos se define um olhar de conjunto que faz com que o contexto geral dê razão de ser aos elementos ornamentais e alegóricos de todas as peças reunidas no mesmo espaço. Uma peça complementa a outra na elaboração da ambiência, o que concorre para que a singularidade de cada peça se dilua diante do olhar. Os museus possuem o desafio de apresentar os sentidos dos objetos, evitando seu uso original e tornando-os exclusivamente objetos do olhar, simulacro do que foram um dia quando eram usados.

A vitrine que protege os objetos do tato e os instala apenas para a apreciação visual serve de emblema do contexto em que o objeto deixa de ter valor de uso e passa a ter um valor significativo que o define como bem cultural institucionalizado. Nessa altura, os objetos se inserem no conjunto de acervos que são reunidos em museus históricos pelo motivo de conservação e para servirem à interpretação de modos históricos de viver. Os arranjos de objetos traduzem a organização das coleções e as formas de tratamento técnico de acervos de museus.

O que a pesquisa deste livro demonstra é que os objetos de museus possuem uma mobilidade extraordinária. Eles se combinam e se recombinam ao longo do tempo ao serem transferidos ou ao serem integrados a novos conjuntos de objetos adquiridos. Deste modo, por exemplo, o acervo do Museu da República se confunde com a história do Museu Histórico Nacional, de onde grande parte do seu acervo foi recebida por transferência. Junto vieram práticas de museus que promoviam uma certa leitura do passado histórico por meio dos objetos e definiam o caráter das peças que compunham o acervo. Ao longo do tempo, outras peças se juntaram e novos conteúdos e modos de abordar a história foram elaborados, constituindo a matéria da história do

acervo da instituição. O Museu da República é assim um bom exemplo da mobilidade de objetos que constitui o mundo dos museus e suas coleções. Não há nada de estático no destino das peças dos acervos de museus, pois se renovam permanentemente de acordo com os modos com que conseguem participar das novas interpretações propostas pelo trabalho dos museus. Os objetos, as coleções e os acervos encarnam os museus e recheiam esse universo de crônicas e aspectos que demonstram as dinâmicas dos processos museais.

A autora deste livro, como servidora experiente do Museu da República, já havia nos apresentado um livro importante para se conhecer a memória da Constituinte de 1988 a partir do acervo do Museu. Mas desta vez ela não tomou o acervo como fonte, mas como o seu objeto de interrogação, oferecendo um quadro valioso para o conhecimento da história do Museu da República ao mesmo tempo em que propõe uma estratégia original de investigação sobre a história dos museus. Assim, como profissional de museu, fez da sua atividade o motivo de sua pesquisa de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Como supervisor do trabalho, tive a honra de ser um interlocutor privilegiado e acompanhar os bastidores da pesquisa.

Ao final da leitura, o leitor é tomado pela vontade de voltar ao Palácio do Catete e identificar na nova visita o que faz dele um museu exemplar, colocando-se a todo momento o desafio de localizar as inúmeras peças que representam a República para o olhar dos visitantes e saber como chegaram ao museu. O próprio museu e seus objetos em exposição se tornam o enigma a ser decifrado pelo visitante.

Paulo Knauss

Diretor do Museu Histórico Nacional e Professor do
Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

Apresentação

Este livro é fruto de minha pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, com supervisão do historiador Paulo Knauss. Propõe uma reflexão sobre o que motiva e justifica a formação de acervos museológicos, tomando como estudo de caso a experiência do Museu da República e os fatores de origem e de construção ao longo do tempo que marcaram/marcam o perfil do seu acervo. O desafio é compreender os sentidos históricos e sociais que conduziram à criação do Museu da República e à formação do conjunto de objetos museológicos nele preservados como representação da República.

Escrito em linha com a chamada História Cultural,¹ este livro assume, dentro desse campo, a ideia de que as dinâmicas de produção, preservação e apropriação de bens culturais estão impregnadas de sentidos atribuídos pelos indivíduos.²

O pressuposto é que os acervos museológicos integram formas culturais expressivas em relação a valores, percepções e ideais presentes no mundo social. Refletir sobre o seu perfil e as razões que orientaram sua formação e preservação põe em evidência processos socioculturais mais amplos com os quais os acervos dialogam, ao mesmo tempo em que ajudam a construir e transformar.

1 LEVI, 2001; CHARTIER, 1990; BURKE, 1989; GINZBURG, 1987; THOMPSON, 1987; DARNTON, 1986.

2 CHARTIER, 1990.

1

Museus de História, Museu da República

Como foram instituídas as práticas de preservação de bens culturais públicos no Brasil? Que entendimentos sobre o que é patrimônio cultural qualificaram essas práticas e em que contextos sociais elas foram viabilizadas? Na primeira parte deste livro, estas questões são discutidas como variáveis-chave que influenciaram a constituição do primeiro museu de História público brasileiro e a proposta de criação do Museu da República.

História e identidade nacional

Pensar sobre a criação do primeiro museu de História no Brasil é proposta que habita o campo de estudos sobre o patrimônio cultural e que remete à História como elemento de construção da identidade nacional.

Já no século XIX, após a Independência do Brasil, a preocupação com estabelecer uma identidade nacional para o Estado Imperial brasileiro mobilizou o poder monárquico, e não por acaso. Afirmar uma identidade nacional para o novo Estado Imperial era parte de legitimá-lo como unidade territorial e de dar sentido ao seu projeto de centralização político-administrativa. Isto em um cenário marcado por lutas autonomistas e forte oposição ao centralismo soberano, em que a integridade nacional parecia ameaçada pelo quadro de desunião entre as capitânicas. De acordo com José Honório Rodrigues (1982, p. 15): “O Brasil não

era senão uma unidade geográfica. Era a divergência, o particularismo: o centro ficava além-mar. É mesmo duvidoso se sentiam os brasileiros uma consciência nacional”. Para Ilmar Rohloff de Mattos (2004, p. 97): “Se a nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império deveria ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um dogma político”.

O projeto oitocentista de construção da nação brasileira como domínio integrado apoiou-se num pilar fundamental: a sua invenção institucional. Assim, foi criado em 1838, sob os auspícios do Estado Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB, no Rio de Janeiro, seguido, no correr daquele século, por outros institutos históricos provinciais, em diferentes localidades do país.³ Esses institutos surgiam articulados à tarefa de construção do que efetivamente ainda não existia no Brasil: a própria ideia de nação, entendida como uma comunidade política nacional com vida efetiva e prática. Tratava-se do trabalho de fundar, no tocante à organização das instituições, a possibilidade e legitimidade do Brasil como uma comunidade nacional.

Os institutos criados dedicaram-se ao trabalho de buscar no passado histórico elementos que atestassem o Brasil como nação integrada. Pioneiro e referencial, o IHGB empenhou-se particularmente nesse esforço, sendo a primeira instituição brasileira designada para o propósito de escrever uma História do Brasil.⁴ Impunha-se conferir organicidade histórica ao conjunto da nação, na perspectiva de haver uma ordem nacional integrada em construção.

Especialmente duas referências filosóficas marcaram de forma paradigmática os primeiros trabalhos do IHGB. Uma, relacionada à visão evolucionista, que nos oitocentos alcançava grande aceitação junto

3 Alguns exemplos são o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, de 1862; o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, de 1869; o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, de 1894; e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, de 1896.

4 Sobre os objetivos e a produção intelectual do IHGB, ver GUIMARÃES, 1988.

à comunidade científica e que se evidenciava no IHGB na medida em que o instituto compreendia a História como algo que se organiza dentro da regularidade de uma única linha evolutiva, marcada pela noção de progresso. Passado, presente e futuro alinhavam-se, para concluir que a nação brasileira, sob a tutela do Estado Imperial, em continuidade ao Estado Português, trilhava o caminho da civilidade e do progresso social. Ou seja, a perspectiva, linear, posicionava o Estado Imperial brasileiro como importante maestro da marcha rumo à civilização, de tal modo que os conflitos de uma sociedade desigual, atravessada pela escravidão e pela submissão de populações indígenas, eram como que “pacificados”, minimizados sob o ideário de uma nação coesa e integrada. Importante expoente do IHGB, Francisco Adolfo Varnhagen (1981) defenderia explicitamente que os fundamentos da identidade nacional brasileira tinham os seus alicerces fincados na colonização, sendo, o Brasil, a nação que representava a civilização europeia no Novo Mundo.⁵ Tratava-se do esforço de editar o sentido de uma civilização branca e europeia no Brasil, em que índios e negros, supostamente inferiores aos brancos, deveriam ser tutelados e aculturados, a par de um projeto de unificação nacional.

Outra matriz teórica, nos trabalhos do IHGB, acompanhou o ideário iluminista, no entendimento de que o historiador, pelos conhecimentos que acumula, tem sabedoria para assumir o trabalho de ensinar sobre o passado e o presente da nação, iluminando os caminhos para o futuro. Era a História como “mestra da vida” (KOSELLECK, 2006). Para colocá-la em prática, o IHGB fez uso particular da produção de biografias, valendo-se da visão clássica, que atravessou a Europa do Renascimento ao Iluminismo e que, nas palavras de Regina Abreu (1996, p. 147-148, nota 8): “privilegiava a reunião de histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria, numa direção ética e pedagógica”.⁶ De fato, o IHGB rendeu

5 O assunto é desenvolvido por Regina Abreu (1996, p. 179).

6 Regina Abreu faz a afirmação referenciando o artigo: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de.

reverência àqueles a quem reputava o *status* de representantes ilustres e esclarecidos da pátria, vultos notáveis que agiam para a prosperidade e a grandeza da nação. Contar e recontar repetidas vezes a história desses heróis, paradigmáticos da nacionalidade, era a forma de ensinar sobre a História do Brasil à população em geral, buscando convergir o pensamento e o sentimento de grupos bastante diferenciados na direção dessas mesmas referências.

Assim, a sistematização da escrita da História promovida pelo IHGB teve papel subjacente na formação de um determinado imaginário da nacionalidade, propondo interpretações elitistas do Brasil.⁷ Na perspectiva ihgbiana, a nacionalidade brasileira refletia um projeto civilizatório excludente, a ser conduzido pelas elites e circunscrito às demandas e princípios da educação europeia e branca, em que os índios e os escravos representavam a parte a ser redimida, resgatada do estágio da barbárie e integrada à nação, a parte atrasada na corrida da civilização empreendida pelo Estado Nacional. Nas palavras de Manoel Salgado Guimarães (1988, p. 10): “Escrever a História brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico”.

Operando com a coleta de documentos e materiais referentes à História do Brasil, constituindo museus e produzindo uma História para a nação, o IHGB e todos os demais institutos históricos que lhe foram contemporâneos no correr do século XIX são identificados por José Ricardo Oriá Fernandes (2010, p. 6) “como ‘lugares de

Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 28-54.

7 A noção de “elite” aqui utilizada refere-se aos grupos que, no jogo das relações sociais (políticas, econômicas, ideológicas), ocupam posição privilegiada na pirâmide social brasileira. Exercem cargos elevados no âmbito do poder público nacional, ocupam postos no alto escalão das Forças Armadas, detêm poder econômico ou desfrutam de amplo prestígio no país como referência intelectual ou artística. O conceito é aplicado neste livro ao âmbito do Estado nacional, em linha com a noção proposta pelo historiador Flávio Heinz, em que “as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual”, aplicável em diferentes espaços de poder e de sociedades. (HEINZ, 2006, p. 8).